



ESTADO DE SANTA CATARINA

# CÂMARA MUNICIPAL DE CRICIÚMA

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

## Lei Ordinária 7823/2020

**LEI Nº 7.823, de 03 de dezembro de 2020.**

*Institui reserva de vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar nos editais de licitação que visem à contratação de empresas para a prestação de serviços continuados e terceirizados no âmbito Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional no município de Criciúma/SC.*

O Presidente da Câmara Municipal de Criciúma, no uso de atribuições, e de conformidade com os §§ 3º e 7º, do art. 35, da Lei Orgânica Municipal, promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica estabelecido no âmbito da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, que os editais de licitação que visem à contratação de empresas para a prestação de serviços continuados e terceirizados conterão cláusula estipulando a reserva de vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar, nos seguintes termos:

I - em atendimento ao disposto no caput, os contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados da Prefeitura Municipal reservarão o percentual mínimo de cinco por cento das vagas, desde que o contrato envolva trinta ou mais trabalhadores, atendida à qualificação profissional necessária;

II - as empresas prestadoras de serviços continuados e terceirizados realizarão processo seletivo para a contratação das trabalhadoras mediante acesso a cadastro mantido por instituições públicas parceiras e encaminhamento da Secretaria Municipal de Assistência Social;

III - a identidade das trabalhadoras contratadas em atendimento a esta Lei será mantida em sigilo pela empresa, sendo vedado qualquer tipo de discriminação no exercício das suas funções;

IV - a obrigatoriedade do percentual disposto nesta Lei não é cumulativo com outros percentuais previstos em lei;

V - o disposto no caput aplica-se também às hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação, para o mesmo objeto.

§ 1º A cláusula de que trata o caput será exigida para os processos de contratações que tenham início após a publicação desta Lei;

§ 2º Na ocorrência de impossibilidade de contratação de mulheres de acordo com o quantitativo previsto, os órgãos mencionados no caput formalizarão em documento, considerando-se cumprida a obrigação.



Escaneie o código ao lado com um leitor Qr Code e acesse a versão digital deste documento online.

Rua Cel. Pedro Benedit, 488 - 6º Andar - Ed. Centro Profissional  
C. Postal 34 - CEP 88801-250 - Criciúma - SC  
Fone (48) 3431-2224 - E-mail: [camaracriciuma@camaracriciuma.sc.gov.br](mailto:camaracriciuma@camaracriciuma.sc.gov.br)



ESTADO DE SANTA CATARINA

# CÂMARA MUNICIPAL DE CRICIÚMA

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Criciúma, 03 de dezembro de 2020.

**Ver. JOÃO BATISTA BELLOLI**

Presidente

PL 83/2020 – Autoria: Vereadora Camila Nascimento.



Escaneie o código ao lado com um leitor Qr Code e acesse a versão digital deste documento online.

Rua Cel. Pedro Benedit, 488 - 6º Andar - Ed. Centro Profissional  
C. Postal 34 - CEP 88801-250 - Criciúma - SC  
Fone (48) 3431-2224 - E-mail: [camaracriciuma@camaracriciuma.sc.gov.br](mailto:camaracriciuma@camaracriciuma.sc.gov.br)



ESTADO DE SANTA CATARINA

# CÂMARA MUNICIPAL DE CRICIÚMA

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

## MANIFESTO DO DOCUMENTO

Lei Ordinária

**Protocolo Nº:** 55581

**Documento Nº:** 7823/2020

**Protocolo Data:** 03/12/2020

**Processo Nº:** 425/2020



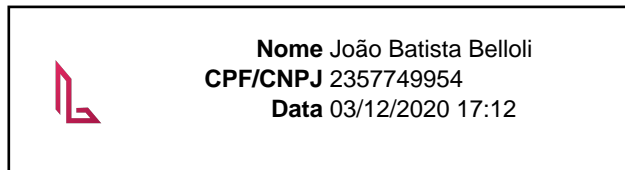
Gerado por Ramirez da Silva Dias na repartição Leis e Normas dia 03/12/2020 às 16:25

CHAVE DE AUTENTICAÇÃO DO DOCUMENTO

**UIO6X-S9IPS-1US46-H9Q58-1C0UT**

Para confirmar a autenticidade acesse <https://www.camaracriciúma.sc.gov.br/validador-assinatura>

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme DOC-ICP-15 de 25/8/2015.



Esta folha foi gerada automaticamente em 26/07/2022 às 15:09